



## Observatório de Política Externa Brasileira

### – Informe de Política Externa Brasileira – Abril – 2010

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado.

**Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.**

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestrandos em História (UNESP, Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP); Adriana Suzart de Pádua;

Graduandos em Relações Internacionais: Bruna Hunger Ribeiro (bolsista CNPq), Celeste de Arantes Lazzerini (Bolsista PROEX), Fernanda Nascimento Marcondes Machado.



## Observatório de Política Externa Brasileira

Dois fatos marcaram a agenda da imprensa brasileira no que diz respeito a política externa do país no mês de abril. Tanto os periódicos semanais *Veja* e *Carta Capital*, bem como os editoriais dos jornais diários *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* destinaram amplo espaço para a discussão e análise da conduta brasileira de apoio ao Irã e à tentativa de diálogo para o estabelecimento do acordo para enriquecimento de urânio e sua utilização em fins pacíficos de seu programa nuclear; e para a Reunião de Cúpula do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) ocorrida em Brasília, nos dias 15 e 16, cuja pauta foi o quadro econômico mundial, a regulação do sistema financeiro e a reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Além disso, ao fim da reunião, o bloco convocou o G-20 para formular uma estratégia para o pós-crise econômica mundial, reafirmou a solidariedade dos quatro governos ao Haiti, defendeu o diálogo entre civilizações, culturas, religiões e povos, e anunciou o compromisso de resistir a todas as formas de protecionismo comercial e combater restrições disfarçadas ao comércio.

Nos dias 12 e 13 de abril, em Washington, o Brasil e mais 46 nações reuniram-se durante a Cúpula de Segurança Nuclear para discutir, entre outros temas, a questão nuclear iraniana. Na ocasião, Brasil e Turquia tentaram mediar as negociações para o estabelecimento de um acordo que possibilitasse atender a demanda iraniana de enriquecimento de urânio para seu programa nuclear, e ao mesmo tempo, garantir a tranquilidade da comunidade internacional, que vê com desconfiança as afirmações do Irã de que seu programa nuclear tem por finalidade objetivos pacíficos e não a construção de uma bomba nuclear, como apregoa países como os Estados Unidos. O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva argumentou veementemente que o único caminho viável para atender as duas partes seria o diálogo.

Em contrapartida, o país norte-americano apresentou ao Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas (ONU) um pedido para a aplicação de sanções econômicas ao Irã, pois entende que o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, teria violado o Tratado de Não-Proliferação, do qual é signatário,



## Observatório de Política Externa Brasileira

ao impedir que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) tivesse acesso às suas instalações nucleares. Brasil e Turquia, na em uma posição diferente de grande parte da sociedade internacional, afirmaram que as sanções propostas pelos Estados Unidos seriam inúteis, contraproducentes e dificultariam as negociações para o estabelecimento de um acordo.

Diante deste cenário, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro turco, Recep Erdogan, pressionaram e obtiveram uma reunião de última hora com o presidente norte-americano, Barack Obama, para apresentar uma proposta comum: a Turquia, país neutro, teria sob sua guarda e responsabilidade o combustível nuclear (urânio) iraniano, enquanto este fosse enriquecido. Obama não se opôs à iniciativa, mas também não a apoiou e declarou que continuaria a campanha por sanções econômicas no Conselho de Segurança.

A revista *Veja* afirma que a conduta da diplomacia brasileira pode levar o país ao isolamento, uma vez que o país tem recebido cada vez menos apoio da comunidade internacional sempre que o assunto é o programa nuclear iraniano e alerta que a rápida reunião entre os presidentes Lula e Obama, durante a Cúpula de Segurança Nuclear, em Washington, denota a indiferença da comunidade internacional à sua proposta de diálogo com o Irã.

O periódico analisou como ambígua a oposição brasileira à aplicação das sanções contra o Irã, uma vez que o Brasil age como se não quisesse abrir precedentes para punições desse tipo, caso ele mesmo cogite a possibilidade do uso de seu programa nuclear, que tem fins pacíficos, também para fins militares. Essa impressão é reforçada pelo fato de o país ameaçar não aderir ao adendo proposto pelos Estados Unidos, em março de 2010, ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), passando uma imagem de que seu programa nuclear não tem fins absolutamente pacíficos. Tanto o governo quanto os militares brasileiros consideraram “invasivo” o adendo ao TNP, promovido pelos Estados Unidos e apresentado pela AIEA, que pretende impor a todos os signatários freqüentes e detalhadas inspeções surpresa para terem o “direito” de exportar urânio.



## Observatório de Política Externa Brasileira

A revista lança mão de alguns fatos ocorridos em um passado recente para reforçar seu argumento. Em 1981, a comunidade internacional desconfiou do Brasil quanto a uma possível colaboração com o ditador iraquiano Saddam Hussein para desenvolvimento de armas atômicas. Aviões iraquianos chegaram a levar urânio concentrado do interior de São Paulo para Bagdá. Em 2004, houve uma nova suspeita quando o Brasil, a fim de proteger-se contra espionagem industrial de sua tecnologia, impediu a visita de inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) a todas as instalações da fábrica de enriquecimento de urânio que estava sendo construída em Resende, no Rio de Janeiro, vetando a inspeção das centrifugadoras de urânio e permitindo apenas o monitoramento de válvulas e tubos para medir a produção, o que, na época, foi aceito.

Os editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* se alinham, em alguma medida, às críticas feitas pela revista *Veja* no que tange ao posicionamento adotado pelo governo brasileiro em relação ao programa nuclear iraniano. Segundo esses periódicos, a conduta brasileira não coaduna com suas pretensões por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Para esses veículos, o Brasil não deveria se colocar contra toda a sociedade internacional, assumindo a posição de fiador de um regime em tudo suspeito e condenável, e ser a única democracia ocidental a escutar Mahmoud Ahmadinejad. Além disso, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* criticaram o fato de Lula acreditar que o intuito do Irã e de seu programa de energia nuclear é apenas pacífico.

Ainda sobre esse tema, a revista *Carta Capital* avaliou a realização da Cúpula de Segurança Nuclear como uma tentativa dos Estados Unidos e seus aliados de manter o *status quo* geopolítico ao menor custo militar e econômico, por meio de um concerto de potências nucleares. Segundo a revista, haveria um esforço evidente no sentido de salvar a hegemonia norte-americana.

O periódico afirma que interessa tanto ao Brasil quanto à Turquia a busca por uma solução pacífica para o caso do Irã, uma vez que ambos os países possuem interesses comerciais e estratégicos que tornariam



## Observatório de Política Externa Brasileira

inconvenientes as sanções propostas pelos integrantes do Conselho de Segurança da ONU. Mesmo sem vínculos imediatos com o Irã, não convém ao Brasil abrir precedentes para sanções das potências nucleares contra países com desenvolvimento autônomo de energia nuclear para fins pacíficos, que é também o seu caso. Por outro lado, as cobranças de paralisação do desenvolvimento da capacidade iraniana de produção autônoma de combustível nuclear são incoerentes, pois o periódico ressalta que nenhum país jogaria fora anos de pesquisa e investimento em um projeto em troca de promessas que, em geral, são abandonadas diante de uma pequena mudança de conjuntura internacional.

*Carta Capital* mostra ainda que setores da mídia brasileira aos quais interessam mostrar que o Brasil ficou isolado em virtude do alinhamento com a causa iraniana é ironizada pelo chanceler Celso Amorim. Segundo a revista, Amorim declarou que procuraria saber o que a China disse aos Estados Unidos diretamente com Hu Jintao por ocasião da reunião do BRIC (dias 15 e 16 em Brasília).

O segundo fato que marcou a agenda da imprensa brasileira foi a segunda reunião do BRIC, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China, nos dias 15 e 16 de abril em Brasília. Na ocasião, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, o seu homólogo chinês, Hu Jintao, o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh e o presidente russo, Dmitri Medvedev, discutiram sobre objetivos econômicos, como o uso de suas próprias moedas no comércio mútuo, em substituição ao dólar; bem como o intercâmbio militar, com uma possível instalação de fábricas russas de carros blindados Rígre e caminhões militares Kamaz no Brasil, e que poderão ser exportados para outros países latino-americanos. O programa nuclear iraniano também fez parte da pauta da reunião. A África do Sul participou do encontro que, além da cúpula dos líderes, organizou colóquios de bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e até grupo de pensadores do BRIC.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, sobraram palavras e faltou conteúdo econômico e político nos comunicados e acordos firmados em



## Observatório de Política Externa Brasileira

Brasília. A declaração dos governantes do BRIC não foi além de generalidades sobre o papel do G-20 e a ordem global em transformação.

Em contrapartida o jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que, embora a reunião tenha mostrado que nos temas multilaterais é difícil ir muito além de declarações de intenção, seria um erro acreditar que o encontro é mera peça de marketing. No plano bilateral, o documento assinado por Brasil e China, embora vago, é um passo importante para oportunidades equilibradas de comércio e investimento.

A reunião de cúpula do BRIC foi mais um passo para a reafirmação do Brasil no cenário internacional. Por meio do BRIC, governo Lula busca mostrar que os países emergentes possuem grande peso na economia mundial, e que o antigo G-8 não mais condiz com a atual realidade do sistema internacional, e deve ser substituído pelo G-20.

A revista *Carta Capital* disponibilizou um grande espaço para analisar o papel do BRIC no cenário internacional. Segundo a análise do periódico, a importância da atuação conjunta do Brasil, China, África do Sul e Índia durante as negociações para a elaboração de um novo tratado sobre a mudança climática em dezembro de 2009, ocorridas em Copenhagen, abriu precedentes para que os países emergentes pudessem atuar em questões multilaterais.

A revista, ao determinar a importância do BRIC por seu peso econômico, visto que os quatro integrantes do grupo estão entre os dez maiores acumuladores de reservas econômicas, representando 40% do total mundial, vislumbra um aumento de poder internacional para o bloco. Isto se traduziria em diferentes tipos de influência, sendo a mais importante a de reputação de países portadores de uma visão distinta de mundo. Preocupados em executar programas de crescimento e pela erradicação da pobreza articulados com uma tentativa de diversificação de economia, estes países ofereceriam modelos alternativos e eficazes passíveis de serem aplicados na área econômica. No entanto, o periódico admite que a riqueza apesar de produzir poder de mercado e até poder branco, não gera necessariamente peso geopolítico.



## Observatório de Política Externa Brasileira

Contudo, o que legitima a previsão da revista de aumento do espaço de atuação para estes países é o fato de que os Estados Unidos achariam que eles importam e estariam dispostos a atraí-los para a tomada de decisões por meio do G20.

Nesta direção, os Estados Unidos pressionaram pela expansão do G-20 para a inclusão do BRIC e declararam o grupo como principal fórum para tratar de questões econômicas internacionais. Outro fator que confere relevância ao grupo é que os quatro integrantes do BRIC têm suas próprias razões para criar um novo clube por próprio: a China no intuito de esconder suas demandas nacionais atrás de uma fachada multilateral; e os outros países do BRIC querendo atenuar o impacto da ascensão da China. Nas palavras do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, todos querem “aumentar, mesmo que apenas marginalmente, o grau de multipolaridade do mundo”. Na intenção de expandir a influência diplomática do Brasil para além da América Latina, o BRIC ajuda muito.

A *Carta Capital*, todavia, também argumenta que haveria um motivo para questionar as chances do BRIC mudar alguma coisa fundamental: sua incapacidade de coesão. China e Rússia possuem assento no Conselho de Segurança da ONU; Brasil e Índia, apesar da constante requisição, não. China e Rússia possuem economias mais abertas, com exportações representando cerca de um terço do PIB; Brasil e Índia apresentam-na fechada, com exportações equivalentes a menos de um quinto de seus PIBs. Por fim, China e Rússia administram enormes superávits de conta corrente; Brasil e Índia, pequenos déficits, de maneira que tais divergências acarretariam abordagens, fundamentalmente diferentes de gestão econômica.

Além desses dois eventos sobre os quais se discorreu acima, marcaram presença nos periódicos do mês de abril, ainda que marginalmente, a questão dos subsídios agrícolas entre Brasil e Estados Unidos e a oferta de ajuda financeira brasileira ao Haiti.

A disputa entre Brasil e Estados Unidos motivada pelos subsídios estadunidenses ao algodão no âmbito da Organização Mundial do Comércio



## Observatório de Política Externa Brasileira

(OMC) começou a ser negociada no mês de abril. Segundo a OMC, enquanto vigorassem os incentivos agrícolas irregulares por parte dos EUA, o Brasil teria direito a compensações - fosse por meio da sobretaxação de bens importados dos EUA, fosse pela suspensão da proteção a patentes de empresas do país. O governo brasileiro protelou a adoção de medidas, enquanto buscava forçar o governo norte-americano a entrar em acordo. A estratégia trouxe resultados no dia 5 de abril, quando os negociadores norte-americanos fizeram suas contrapropostas e ofereceram a criação de um fundo de US\$ 147 milhões anuais para ser usado pelos produtores de algodão brasileiros, o congelamento de parte dos incentivos aos exportadores de algodão nos EUA e a abertura parcial do mercado norte-americano à carne bovina brasileira.

Para o jornal *Folha de S. Paulo*, o Itamaraty poderia pressionar por ganhos maiores, contudo não deveria guiar-se apenas pelo valor financeiro das sanções. Por outro lado, sua aplicação também traria embutido o risco de prejuízos para o país, na forma de retaliações, ainda que disfarçadas. Segundo o jornal, seria hora de negociar.

O jornal *O Estado de S. Paulo* apontou que se Brasília aceitasse as compensações propostas por Washington e suspendesse a aplicação das sanções, ocorreria pelo menos uma vitória parcial. A vitória completa e mais compatível com as normas internacionais de comércio seria a suspensão das políticas estadunidenses condenadas pela OMC como ilegais.

Por fim, em nota, a *Carta Capital* traz a oferta brasileira de 340 milhões de reais (172 milhões de dólares) para ajudar o Haiti na recuperação dos desastres do terremoto que o país assolou em janeiro deste ano. A oferta foi feita durante a Conferência Internacional a favor do Haiti na sede da ONU, em Nova York, iniciada no dia 31 de março, que tinha como meta a arrecadação de 3,8 bilhões de dólares. A revista também divulgou a declaração do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, de que a ajuda ao Haiti, independentemente de qualquer luta política, religiosa e ideológica, seria um desafio para que a comunidade internacional demonstre sua capacidade de se unir em favor de uma causa justa.



## Observatório de Política Externa Brasileira

A política externa brasileira, pela análise dos periódicos publicados durante o mês de abril, esteve ocupada com dois assuntos principais: a questão nuclear discutida em Washington na qual o Brasil teve um papel bastante relevante ao se disponibilizar para mediar um acordo entre Turquia e Irã sobre o programa de enriquecimento de urânio deste último; e a reunião do BRIC em Brasília na qual o tema de energia nuclear foi retomado, dentre outros discutidos.

Ao que parece, o Brasil está aumentando seu leque de atuações na política internacional já que, há poucos anos atrás o país não opinava ou falava pouco sobre questões que abrangem interesse mundial, como a questão do acesso à energia atômica, restringindo-se basicamente a questões regionais. É natural que a atuação do Brasil divida opiniões tanto dentro do país como na comunidade internacional, pois se trata de um ator relativamente novo ou diferente dos tradicionais que tratavam deste assunto e que postula um papel maior no cenário internacional. Em outro âmbito, a vitória do Brasil sobre os Estados Unidos na OMC, assunto também tratado durante o mês de abril, pode significar um reflexo desta nova postura brasileira.

### Referências:

- Folha de S. Paulo – Editorial: **Pressão sobre o Irã** – 05/04/2010;
- Folha de S. Paulo – Editorial: **Á mesa com os EUA** – 07/04/2010;
- Folha de S. Paulo – Editorial: **Mais que uma sigla** – 19/04/2010;
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Uma tática desastrada** – 06/04/2010;
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Trégua na guerra do algodão** – 07/04/2010
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **O risco da bomba do terror** – 15/04/2010;
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Quatro atores sem enredo** – 15/04/2010;
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Só uma gincana diplomática** – 17/04/2010
- O Estado de S. Paulo – Ediorial: **O advogado de Ahmadinejad** – 18/04/2010;
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **'Audiência' para Ahmadinejad** – 27/04/2010;
- Revista Carta Capital – A Semana: **Devastado, o Haiti pede ajuda internacional**. Nº 590, Ano XV, 7 abr. 2010, p.14.
- Revista Carta Capital – Nosso mundo: **Economia de bombas**. Edição 592, nºx, 21 abr. 2010, p.42-45.
- Revista Carta Capital – Nosso Mundo: **Unidos na ribalta**. Nº 593, Ano XV, 28 abr. 2010, p.38-41.
- Revista Veja– **Bomba, pra que te quero**. Edição 2161, ano 43, nº16, 21 abr. 2010, p. 82.